



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009689-46.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **José Benedito Ferreira e outro**  
 Requerido: **Vagner Jose Monaretti**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

José Benedito Ferreira e Luciana Aparecida Crotti Silva Ferreira movem ação indenizatória contra Vagner José Monaretti, pedindo a condenação do réu ao pagamento de R\$ 15.000,00, montante de que o réu teria indevidamente se apropriado em negócio imobiliário celebrando entre os autores e terceiro, com a intermediação do réu.

Contestação apresentada, alegando-se que o montante corresponde à legítima comissão que era devida ao réu como contraprestação ao serviço de corretagem que com sucesso desempenhou.

Reconvenção proposta, pedindo o réu a condenação dos autores ao pagamento de indenização por danos morais em razão das ofensas pessoais proferidas na petição inicial contra a pessoa do réu.

Os autores apresentaram réplica à contestação e contestaram a reconvenção.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

À fls. 105/108 foi proferido julgamento antecipado parcial do mérito, julgando-se improcedente a reconvenção, e, quanto ao pedido originário, foi saneado o processo, determinando-se a produção de prova oral.

Na presente data, foi colhido o depoimento pessoal do réu em audiência e, ausentes os autores e sua advogada, manifestou-se o réu em debates.

Vieram os autos conclusos para sentença.

É o relatório. Decido.

A reconvenção já foi julgada. No que diz respeito com a ação originária, verificamos nos autos que o réu intermediou os contratos de compra e venda cujos instrumentos constam às fls. 16/17 e 18/22.

Após a assinatura desses contratos, o réu, o autor e o terceiro João Luis Alves Santana subscreveram o acerto de contas de fls. 23, cujo teor é bastante confuso, razão pela qual, para a sua perfeita compreensão, foi produzida, na presente data, prova oral consistente na colheita do depoimento pessoal do réu.

O réu, em seu depoimento, esclareceu o sentido daquele acerto de contas, reconhecendo que, de fato, obrigou-se ao pagamento, em favor dos autores, da quantia de R\$ 15.000,00, em 300 prestações de R\$ 50,00. Reconheceu, ainda, que não efetuou o pagamento de qualquer parcela.

A justificativa apresentada pelo réu para o inadimplemento, no sentido de que as partes teriam convencionado que o autor José iria ao escritório do réu para receber, ou informaria ao réu dados da conta bancária para depósito,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

tendo deixado de fazê-lo, não deve ser admitida, pois, examinado o acerto de contas, nele não se encontra qualquer estipulação no sentido afirmado.

Cabia ao réu, no caso de eventual dificuldade ou resistência oferecida pelos autores, propor a indispensável ação consignatória. Não o tendo feito, deve arcar com as consequências de sua omissão.

Por outro lado, observamos que o acordo, ao estipular o pagamento de R\$ 15.000,00 em 300 parcelas de R\$ 50,00, não prevê o vencimento antecipado das parcelas remanescentes no caso de inadimplemento.

Não se tratando o vencimento antecipado de consequência legal da mora, era imprescindível que tivesse sido expressamente convencionado entre as partes, o que não ocorreu. Assim, a condenação do réu deverá respeitar a forma de pagamento prevista no contrato.

Sendo assim, julgo procedente em parte a ação para condenar o réu a pagar aos autores R\$ 15.000,00, em 300 parcelas de R\$ 50,00, vencendo-se a primeira em 20/02/2015 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, incidindo, relativamente a cada parcela não paga, atualização monetária pela Tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde cada vencimento.

Como os autores decaíram de parte mínima do pedido, condeno o réu em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor das parcelas vencidas até a data em que prolatada esta sentença.

Quanto aos embargos declaratórios de fls. 120/123, rejeito-os, pois não há qualquer obscuridade, seja na decisão de fls. 117, seja na decisão de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

fls. 105/108 (em relação à qual anoto que o réu perdeu o prazo para oferecimento de embargos declaratório), valendo destacar que a condenação em R\$ 500,00 desta última somente poderia dizer respeito aos honorários, seja por sua literalidade ("arbitrados estes [os honorários], por equidade, em R\$ 500,00"), seja pelo contexto porque, como se sabe, somente honorários são arbitrados "por equidade", não se operando o mesmo em relação a custas e despesas.

P.I.

São Carlos, 17 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**